

SEAE

Secretaria de Acompanhamento Econômico, Advocacia da
Concorrência e Competitividade
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade
Ministério da Economia



RADAR
REGULATÓRIO

ABRIL/2022

61 2027-7475

radar.seae@economia.gov.br



EDITORIAL

O Relatório Radar Regulatório é uma iniciativa da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE) do Ministério da Economia, com o objetivo de dar publicidade às ações, recomendações e políticas públicas conduzidas pela Secretaria, bem como verificar a sensibilidade dos principais agentes de mercado às reformas mais importantes para a economia brasileira.

O Relatório está organizado em 5 seções: 1 – Overview Regulatório; 2 – Reformas Transversais; 3 – Reformas Setoriais; 4 – Acompanhamento das Agências Reguladoras; e 5 – Prioridades de Mercado.

A primeira seção do Radar trata do acompanhamento da convergência regulatória brasileira à OCDE, monitorada pelo indicador *Product Market Regulation* (PMR). A segunda versa sobre projetos legislativos transversais às diferentes áreas da economia brasileira. A terceira e quarta seções trazem, respectivamente, o monitoramento da nossa agenda setorial, distribuída nas propostas de reformas e inovações legislativas para alguns setores da economia e a interação da própria SEAE com as entidades reguladoras brasileiras por meio de recomendações às consultas públicas. Por fim, a quinta seção do Radar apresenta aquelas que são consideradas as reformas e os projetos prioritários para o Brasil na visão das entidades representativas do setor produtivo.

Este é um projeto em constante aprimoramento, e que por isso, sugestões são bem-vindas por meio do e-mail: radar.seae@economia.gov.br



RADAR
REGULATÓRIO

DESTAQUES - ABRIL/2022



- Reforma tributária continua sendo a prioridade #1 do setor produtivo
- Regulação do mercado de carbono se destaca e amplia sua importância, permanecendo no Top 2 do mercado
- SEAE/ME chefia a delegação do Brasil no Comitê de Política Regulatória da OCDE que apresentou os resultados do *Peer Review*
- SEAE/ME lança Censo dos Reguladores Federais iniciativa que visa o aprimoramento da qualidade regulatória brasileira

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

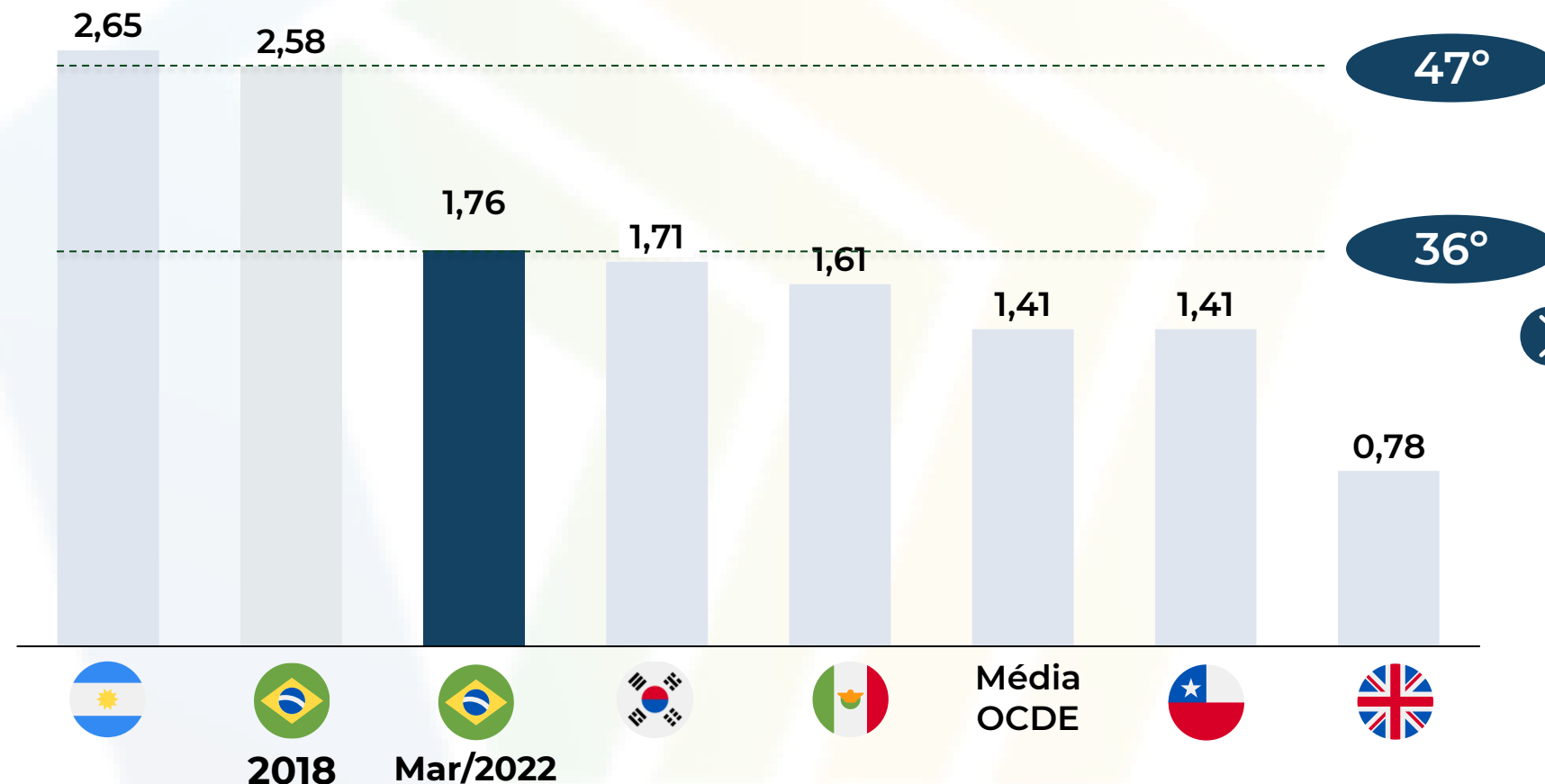
Seção 1: Overview Regulatório

Panorama *Product Market Regulation* - OCDE



A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR

Estimativa baseada na análise feita pela SEAE



Panorama regulamentar PMR

- **Racionalização dos regulamentos para O&G** (Lei 14.134/2021)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro na indústria aérea** (Lei 13.842/2019)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro no setor das Telecomunicações** (Lei 14.195/2021)
- **Nova lei da banda larga** (Lei 13.879/2019)
- **Incentivos para realizar análises custo-benefício** (Calculadora de encargos regulamentares - CalReg)
- **Redução da burocracia e da carga regulamentar** (Decreto 10.411/2020)
- **Novo marco legal do mercado de câmbio** (PL 5.387/2019)
- **BR do Mar** (Lei 14.301/2022)
- **Marco Legal das Ferrovias** (Lei 14.273/2021)
- **Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal**
- **Publicação do Guia de ARR**

Melhorias regulatórias implementadas (até Abril 2022)

Para medir a posição regulamentar dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).



Previsão para
Conclusão: Junho/22

- **Levantamento** dos órgãos reguladores no nível federal (estimativa +170)
- **Estatísticas regulatórias:** número de normativos, AIRs, processos de participação social, dentre outros
- Melhor compreensão da extensão da atividade regulatória a nível federal
- Desenvolvimento de **ações focadas na melhoria institucional e regulatória:** cursos, palestras, guias, assessorias e orientações.



Revisão da Reforma Regulatória Brasileira

- O *Peer Review* é uma iniciativa em que países que integram a comunidade da OCDE realizam uma **profunda análise sobre diferentes aspectos da administração de potenciais integrantes da organização**
- Nessa etapa, a **política regulatória brasileira** foi avaliada por Austrália, Canadá e México
- Em abril, a **SEAE/ME** chefiou a **delegação do Brasil no Comitê de Política Regulatória da OCDE** que apresentou os **resultados do Peer Review** executado pela OCDE em parceria com a SEAE e o governo brasileiro

Principais Recomendações OCDE:

- ✓ Instituição de um órgão supervisor regulatório
- ✓ Consolidação das normas regulatórias em um único ato
- ✓ Consolidação de AIR e outros instrumentos de melhoria regulatória
- ✓ Disseminação de boas práticas regulatórias para os entes subnacionais

De posse das recomendações, a SEAE desenvolverá o **mapa de implementação** de diferentes iniciativas que **impactarão as mais de 120 autoridades reguladoras federais**

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



Andamento

- Em discussão no Executivo Enviado ao Congresso Casa Iniciadora Casa Revisora Retorno à casa iniciadora (caso necessário) Aguardando Sanção Análise de Vetos (caso necessário) Fim dos trâmites

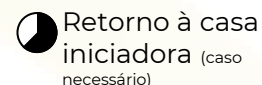
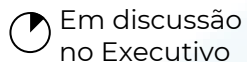
Reforma	Origem	Descrição	Andamento
Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais	PL 3.203/2021	Redução de benefícios tributários para que estes alcancem, ao final de oito anos, patamar igual ou inferior a 2% do PIB	Casa Iniciadora
PEC dos Fundos Públicos	PEC 187/2019	Propõe extinção de fundos públicos criados até 31/12/2016, caso não sejam ratificados por meio de lei complementar específica	Casa Revisora
Reforma Administrativa	PEC 32/2020	Altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios	Casa Iniciadora

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



Andamento



Reforma	Origem	Descrição	Andamento
Reforma Tributária I	PEC 45/2019	Criação do IBS a partir da substituição de cinco tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS	Casa Iniciadora
Reforma Tributária II	PEC 110/2019	Criação IBS a partir da substituição de nove impostos, além de alterações em outros tributos, tal como o IR	Casa Iniciadora
Reforma Tributária III	PL 3.887/2020	Criação da CBS a partir da substituição do PIS e Cofins	Casa Iniciadora
Reforma Tributária IV	PL 2.337/2021	Reforma da legislação do Imposto de Renda e da CSLL	Casa Revisora

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



Andamento

- Em discussão no Executivo Enviado ao Congresso Casa Iniciadora Casa Revisora Retorno à casa iniciadora (caso necessário) Aguardando Sanção Análise de Vetos (caso necessário) Fim dos trâmites

Reforma	Origem	Descrição	Andamento
PL dos Super Salários	PL 6.726/2016	Regulamenta a aplicação do limite remuneratório de agentes públicos, aposentados e pensionistas.	Casa Revisora
PL da Regulação do Lobbying	PL 4.391/2021	Regulamenta e dá mais transparência à atividade de lobby no Brasil	Casa Iniciadora
PL das Concessões Públicas	PL 7.063/2017	Reduz o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios	Casa Revisora



SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Setor Transportes



HYUNDAI
RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes

Reforma Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor	Síntese Resumo do que trata a reforma	Andamento Avaliação do andamento e a perspectivas	Impacto Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida
Privatização Porto de Santos	Cessão onerosa do Porto Organizado de Santos, por meio de contrato de concessão.	<ul style="list-style-type: none">SEAE/ME realizou tratativas junto ao MINFRA a respeito da definição dos próximos passos	<ul style="list-style-type: none">Viabilização dos investimentos requeridos em ampliação de capacidade e modernização.Redução do custo portuário e melhoria da qualidade dos serviços prestados.
Privatização da Ferroeste	Cessão onerosa da Estrada de Ferro Paraná OESTE S/A, por meio de contrato de concessão.	<ul style="list-style-type: none">IBAMA irá agendar as audiências públicas nas próximas semanas. Governo do Estado do Paraná prevê assinatura do contrato no último trimestre de 2022.	<ul style="list-style-type: none">Investimentos previstos da ordem de R\$ 8,7 bilhões.Redução do custo do frete para o escoamento da produção.Melhoria da estrutura logística para o escoamento da produção agrícola do Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul.
Rodada de Licitação de Aeroportos	7ª Rodada é dividida em 3 blocos: (i) Blocos Norte II: Belém; Santarém, Carajás, Altamira e Macapá; (ii) Bloco RJ-MG: Jacarepaguá, Uberlândia, Montes Claros e Uberaba; e (iii) Bloco SP-MS: Congonhas, Campo de Marte, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.	<ul style="list-style-type: none">ANAC fez ajustes nas minutas de editais da 7ª rodada, em vista da saída do Aeroporto Santos Dumont dessa rodada. Próximo passo: manifestação do TCU.	<ul style="list-style-type: none">Investimentos totais previstos de R\$ 8,8 bilhões.Aumento da quantidade de voos realizados nestes aeroportos, com o consequente incremento concorrencial



Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes



Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Resolução ANTT de Regulamentação do TRIIP

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Processo de adequação da Regulamentação da Lei nº 12.996/2014, que estabeleceu a abertura de mercado para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip).

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Aguardando nova proposta de Resolução da ANTT. Ainda sem prazo definido.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Consolidação da abertura de mercado e a livre concorrência no mercado de transporte rodoviário de passageiros.
- Efeitos positivos esperados sobre o aumento da oferta do serviço, melhoria do nível de qualidade do serviço e redução de preços das passagens de ônibus.

Setor Óleo e Gás



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



Reforma Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor	Síntese Resumo do que trata a reforma	Andamento Avaliação do andamento e a perspectivas	Impacto Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida
Medidas Provisórias 1.063/2021 e 1.069/2021 (Arranjos comerciais)	Permite a venda direta por produtor ao posto revendedor de etanol hidratado combustível.	<ul style="list-style-type: none">• MP 1.063/2021: convertida na Lei 14.292, de 2022.• MP 1.069/2021: enviada à Câmara dos Deputados. O prazo está suspenso até a votação da MPV 1100/2022	<ul style="list-style-type: none">• Redução dos custos de transação e redução do preço ao consumidor final.
Projetos de Lei 3.178/2019 e 5.007/2020 (Reestruturação do Regime de Partilha)	Revisão do regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e estratégicas	<ul style="list-style-type: none">• PL 3.178/2019: Comissão de Serv. de Infraestrutura do Senado Federal.• PL 5.007/2020: Comissão Des. Econômico, Ind., Com. e Serv., da Câmara dos Deputados.	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do investimento; e geração de emprego e renda com ampliação do número de <i>players</i>.
Revisão das Resoluções ANP 37/2013, 51/2013 e 52/2011 (Regulação da Nova Lei do Gás)	<ul style="list-style-type: none">• Revisão das normas regulatórias para ampliação da capacidade de transporte.• Revisão da dinâmica de comercialização de gás natural.	Temas em estudo e desenvolvimento da regulamentação pela ANP e outros órgãos do Poder Executivo. Previsão de Consulta Pública: abr/22 (R. ANP 37/2013) e jun/22 (R. ANP 51/2011 e 52/2013).	<ul style="list-style-type: none">• Aumento dos investimentos e redução de preços ao consumidor final.

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Termo de Compromisso de Cessação (TCC) no mercado de gás natural e no mercado de refino

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Monitoramento das ações de desinvestimento, acesso de terceiros às infraestruturas essenciais e outros compromissos firmados no TCC celebrado entre CADE e Petrobras no mercado de gás natural e no mercado de refino.

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- TCC Gás Natural: 75,6% implementado
- TCC Refino: em acompanhamento pelo CADE.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Redução do preço da molécula de gás e do preço do produtor de derivados de petróleo; e
- Aumento de investimento e geração de emprego e renda

Setor Elétrico



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Elétrico

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Desestatização da Eletrobras

PL 414/2021 (PLS 232/2016): novo marco do Setor Elétrico

Síntese

Resumo do que trata a reforma

A desestatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União

O PL aprimora o modelo regulatório e comercial do setor elétrico, com vistas à expansão do mercado livre, dentre outras alterações..

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- Expectativa que o TCU delibere em plenário ainda no mês de abril/2022, após a realização de painel com especialistas em 07/04 para debater o modelo de venda proposto pelo governo para a venda da estatal.

- Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados publicado em 11/03/2022 criando comissão especial para analisar a matéria. PL em regime de tramitação prioritário.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Fortalecimento da capacidade de investimento da empresa, e possibilidade de modicidade tarifária, face ao aporte de parte dos recursos da desestatização à CDE.
- Incentivo à concorrência devido à liberdade de escolha na compra de energia elétrica pelos consumidores. Essa política já é adotada por países como Japão, Alemanha, Coréia do Sul, França e Reino Unido.



Setor Financeiro



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PL 4.188/2021 (Novo Marco Legal de Garantias)

Institui o serviço de gestão especializada de instrumentos de garantias móveis e imóveis, que será realizado por Instituições Gestoras de Garantia – IGG e regulado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Urgência Constitucional retirada, em 25/02/22, a pedido do Poder Executivo.

- Potenciais ganhos de escala e escopo desse serviço, tornando mais eficiente o uso de garantias no processo de concessão de crédito.



MP 1.085/2021

Cria e regulamenta o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).

Houve prorrogação da vigência até 01/06, sem alterações materiais

- Proporcionar maior publicidade e segurança para o uso de bens móveis como garantia em operações de crédito.
- Promover redução de prazos para emissão de certidões e registros de escrituras de compra e venda de imóveis.



PL de Internacionalização do Sistema de Garantias Brasileiro

O PL aprimora e adequa os institutos de garantias do sistema legal brasileiro às melhores práticas internacionais

Fechamento do texto final conforme adequações propostas em Consulta Pública (tramitação interna no Poder Executivo)

- Promover a abertura de novos mercados de crédito
- Possibilitar a instituição de financiamentos com garantia que hoje não existem
- Reduzir substancialmente os custos transacionais para se dar um ativo como garantia

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PL 2.646/2020: Debêntures de Infraestrutura

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Reduz a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações com emissão de debêntures de infraestrutura, cujos recursos captados serão destinados à implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

No Plenário do Senado Federal

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Incentivo fiscal é usufruído pelo emissor da debênture, e não pelo comprador do título, o que supostamente ensejaria a possibilidade de emissão do papel a uma taxa mais elevada/atrativa ao investidor.
- Potencial de aumento da atratividade da desse tipo de debentures pelos fundos de pensão, que já são isentos de impostos.



Setor Tecnologia



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PL 3.832/2019: revisão da Lei do SeAC (TV por assinatura)

- Retirada de restrições a verticalizações no setor
- Retirada de restrições a investimentos
- Segurança jurídica para o VoD

Atualmente no Plenário do Senado Federal.

- Aumento dos investimentos em produção e distribuição de conteúdo audiovisual

PL 21/2020: marco legal do desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA)

- Estabelece princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para a IA
- Adota princípios e recomendações da OCDE para IA que o Brasil endossou

Uma comissão de juristas vai elaborar um substitutivo aos projetos de lei que propõem um marco legal para o uso da inteligência artificial no Brasil. Textos sob análise: PLs 5051/19, 872/21 e 21/20

- Aumento dos investimentos na adoção de inteligência artificial, com repercussões positivas na produtividade e digitalização da nossa economia

PL 8.518/2017: Silêncio positivo para infraestruturas de telecom

- Regulamenta a aprovação tácita por decurso de prazo para infraestruturas de telecomunicações.
- A requerente ficará autorizada, em caráter precário, a realizar instalação caso o prazo de tramitação tenha decorrido sem decisão definitiva do órgão competente.

Já aprovado na CDU, CCTCI e CCJC da Câmara dos Deputados. Pronto para entrar na pauta de votações no Plenário

- Desburocratização e consequente aumento dos investimentos em antenas, essenciais para a massificação do 5G no país

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

MP 1.077/2021: Programa Internet Brasil

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Programa no âmbito do Ministério das Comunicações, promove o acesso gratuito à internet em banda larga móvel às famílias do Cad Único, especialmente aos alunos da educação básica da rede pública

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Entrou em Regime de urgência, obstruindo a pauta, desde: 04/03/2022 (46º dia)
Tramita na Câmara.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Apoio a políticas públicas relacionadas a conectividade;
- Viabiliza ensino à distância na rede pública;
- Medida de proteção social, associado a educação e emprego à distância para os mais vulneráveis.



Setor Saúde



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Saúde

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Precificação de novos medicamentos

PL 1.613/2021 (numeração anterior PLS nº 415/2015)

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Revisão da Resolução CMED nº 2/2004, que estabelece critérios para definição de preços de produtos novos e novas apresentações de medicamentos

Alteração da Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre os processos de incorporação de tecnologias ao SUS e sobre a utilização, pelo SUS, de medicamentos cuja indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro da Anvisa.

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Consolidação das contribuições à CP SEAE nº 2/2021

PLS nº 415/2015 aprovado no Senado em 27/04/2021 e pela Câmara em 23/02/2022. Texto enviado a Sanção Presidencial. Transformado na Lei nº 14.313/2022.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Aperfeiçoamento do modelo de precificação da inovação;
- Simplificação dos procedimentos e critérios utilizados na precificação de medicamentos.

- Limitação no número de fornecedores
- Aumento dos custos das operadoras de planos de saúde

Setor Recursos Naturais



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PL 2.159/2021: Lei Geral do Licenciamento Ambiental

Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente

Aprovado na Câmara. Tramitação simultânea CRA e CMA do Senado Federal.

- Potencial aumento do fluxo de investimentos em importantes setores da economia



PL 5.518/2020: Concessões Florestais

Reduz barreiras regulatórias que dificultam a exploração sustentável das florestas e aumenta a atratividade das concessões florestais por meio da permissão de receitas acessórias

Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

- Aumento da área florestal concedida
- Redução do desmatamento na Amazônia
- Melhoria da situação econômica das comunidades próximas às áreas concedidas



PL 2.148/2015 (e apensados): Mercado de Carbono

Institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que vai regular a compra e venda de créditos de carbono no País

Plenário da Câmara dos Deputados

- Incentivo econômico à conservação e proteção ambientais, assim como à realização de atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa
- Melhoria do ambiente e segurança do mercado de créditos de carbono no Brasil
- Valorização dos ativos ambientais brasileiros



Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PLS 495/2017: Mercado de água

Introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

- Melhora a gestão de crises hídricas e contribui para a redução dos conflitos pelo uso de recursos hídricos

PL 6.539/2019: Política Nacional de Mudança do Clima

Atualiza a Política Nacional sobre Mudança do Clima e cria o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde

Tramita na Casa Revisora (Câmara dos Deputados)

- Atualiza os compromissos ambientais do Brasil: o desmatamento ilegal zero será atingido até 2030; a neutralidade de emissões de GEE o será até 2050
- Define o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima como instância máxima na agenda



PLS 510/2021 (PL 2633/2020): Regularização Fundiária

Amplia o alcance da regularização fundiária

Tramita na Casa Iniciadora (Senado Federal), simultaneamente na Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Já recebeu 132 emendas.

- Promove o fomento da produção, principalmente para os pequenos agricultores.
- Reduz a violência no campo e o desmatamento criminoso de florestas.



Setor Serviços Profissionais



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Serviços Profissionais

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PL 1.024/2020: Concorrência nas grandes obras de engenharia

PL 2.482/2020: Modernização do processo de revalidação de diplomas

Síntese

Resumo do que trata a reforma

- Adota o silêncio positivo para o registro de profissionais
- Retira critérios de escassez de profissional e interesse nacional para a contratação de engenheiros estrangeiros
- Retira obrigação das empresas que contratam profissionais estrangeiros de manter junto a eles assistente brasileiro

- Possibilita que instituições de ensino superior particulares possam revalidar diplomas.
- Estabelece processo de revalidação ou reconhecimento simplificados, com prazo de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias.

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Substitutivo apresentado na CTASP/CD

Aprovado no Senado Federal
Aguardando Parecer do Relator na CSSF/CD

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Maior concorrência no mercado de engenharia
Maior celeridade para o registro de profissionais, desburocratizando os investimentos em grandes obras

- Desburocratização do processo de revalidação de diplomas

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



CP 27/2021 - revisão de norma que regula o acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.

A eliminação i) da obrigação de constituição societária cujo objeto principal seja a operação logística de terminais; ii) das restrições à forma de contratação de terceiro interessado, como a exigência de oferta pública prévia e limite máximo de prazo de contrato no caso de terceiro interessado majoritário,; e iii) da revisão da preferência do proprietário. Para terminais que não são TUP (presentes em portos organizados), recomendou-se a não extensão para estes da preferência do proprietário prevista na Lei do Petróleo.



AP 07/2021: colher sugestões às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovias e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, que visam a concessão para exploração da BR-040/RJ MG e BR-495/RJ.

1- Avaliação de medidas que podem reduzir o valor da tarifa com uma gestão mais eficiente dos riscos cambiais.
2- Avaliação de medida que possibilite o atingimento da menor tarifa cobrada dos usuários



CP 019/2021: obter subsídios para revisar regras de alocação e monitoramento do uso da infraestrutura aeroportuária e de minuta de decisão exemplo de declaração de aeroporto coordenado nível 4.

1. Avaliação de medidas que visam aumentar a contestabilidade.
2. Avaliação de medidas que podem vir a aumentar a capacidade aeroportuária.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



AP 18/2021: certame licitatório referente ao arrendamento de área portuária localizada dentro da poligonal do Porto Organizado de Santos/SP, denominada STS53 (granéis sólidos minerais, especialmente adubos fertilizantes e sulfatos)

1 - suprimir a obrigatoriedade de liderança de empresas brasileiras, em caso de consórcio com empresas estrangeiras; 2 - obrigatoriedade de constituição de SPE para o futuro arrendatário; 3 - limitar as hipóteses e o prazo de prorrogação contratual para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, pelo prazo de até 5 anos; 4 - instituir o reequilíbrio nos casos em que eventual alteração do PBI; 5 - contratação de seguro no caso de riscos de caso fortuito ou força maior; 6 - condição prévia para o pagamento pelo Poder Concedente diretamente aos Financiadores, mediante dedução de parte da indenização devida à Arrendatária, a emissão de quitação plena, por parte do credor e do arrendatário; 7 - incluir como requisito ao processo de arbitragem a existência prévia de decisão administrativa e os respectivos recursos no âmbito da agência reguladora



AP 01/2022: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório referente à concessão do Porto de Santos/SP.

- Incluir o critério de menor tarifa, previsto no art. 6º da Lei nº 12.815, de 2013, para que a melhor proposta permita também redução de custos na prestação de serviços aos usuários;
- Substituição do IGP-M como índice de reajuste do Contrato (e possivelmente do INCC) em virtude de sua elevada volatilidade em contraste ao IPCA.
- Adoção de procedimentos de avaliação prévia de concentração de mercado pela Autoridade Portuária, por ocasião da intenção de assinatura de contratos com terceiros exploradores de instalação portuária;
- Avaliação da supressão da possibilidade de participação minoritária no capital social da Concessionária dos agentes listados no item 16.2.2 do Contrato; e
- Explicitar todos os riscos atribuíveis aos arrendatários, de forma a evitar subjetividade na interpretação de condições aplicáveis à alocação de riscos de casos fortuitos ou força maior.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



AP 03/2022: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das propostas de atos normativos relativos ao Tema 3.1 da Agenda Regulatória da ANTAQ, biênio 2020/2021, que versa sobre "Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras.

Minuta de Parecer contendo as seguintes contribuições:

- i) estabelecer prazos para manifestação conclusiva das partes;
- ii) instituir progressividade das multas a serem aplicadas, visando a coibir a prática reiterada de abusividades.

Quanto ao prazo de vigência das propostas, recomenda-se à Antaq observar o disposto no Decreto nº 10.139/2019.



AP 06/2022: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório para o arrendamento de instalação portuária localizada no interior da poligonal do Porto Organizado de Santos, destinada à movimentação e armazenagem de cargas containerizadas, denominada STS10

- Limitação do prazo de prorrogação do contrato para até 5 anos, limitado às hipóteses de necessidade de reequilíbrio;
- Incorporação entre os mecanismos de julgamento da proposta, além do valor de outorga, em linha com o possibilitado pela Lei nº 12.815/13 e a otimização do bem-estar do consumidor;
- Recomendação de utilização das normas, práticas e jurisprudência do CADE na análise de Atos de Concentração do setor portuário para avaliação concorrencial após a assinatura do Contrato de Arrendamento e utilização de restrições de participação, aplicáveis por fases, para evitar concentrações horizontais e verticais.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



CP 60/2021: reavaliação da regulamentação sobre bloqueador de sinais de radiocomunicações.

Manifestação contrária: proposta inoportuna e pouco efetiva, com impactos concorrenciais potencialmente negativos. Parecer SEAE enviado em 16/02. Norma ainda não foi publicada.



CP 63/2021: Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações.

- a ampliação da Resolução 740/2020 aos agentes PPP é oportuna;
- recomenda-se prazo maior para adequação destes agentes, para 540 dias;
- recomenda-se que a Anatel realize AIR em alterações desta natureza;
- que a Anatel e o GT-Ciber adotem estratégia de monitoramento das alterações a serem implantadas.



CP nº 17/2022: Regulamento de Compartilhamento de Postes entre Distribuidoras de Energia Elétrica e Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.

- A alteração regulatória trazida é oportuna;
- Criação, pela Anatel e Aneel, de um comitê interagências para cuidar da nova regulação;
- Observação pelas Agências do mercado e suas inovações visando a calibrar a ação regulatória após o novo Regulamento;
- Melhoria na definição da precificação pelo uso compartilhado de um mesmo ponto de fixação no poste.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



CP 01/2022: regulamentação da relação de informações que constitui o rótulo padrão que deve ser empregado para as águas minerais e potáveis de mesa envasadas.

(i) reconsidere a supressão do procedimento de aprovação prévia do rótulo; (ii) estabeleça o quantitativo mínimo de elementos predominantes na água; (iii) mantenha as informações quanto ao prazo de validade; (iv) adote nomenclatura mais simplificada quanto à informação sobre a presença ou não de gás, similar à adotada pela Resolução Anvisa nº 274, de 22 de setembro de 2005; (v) mantenha no rótulo as informações referentes à classificação da água e endereço da fonte; (vi) consulte o Ministério das Minas e Energias acerca de eventual conflito entre a proposta de resolução e a Portaria MME nº 470/99; (vii) consolide numa só norma os regulamentos relativos às águas minerais; (viii) referencie no art. 10 da minuta as demais normas aplicáveis à rotulagem de competência de outros órgãos; (ix) insira expressamente na minuta de resolução as estratégias a serem adotadas pela agência e que já constam na análise de impacto regulatório feita pela agência.



CP 01/2022: regulamentação da relação de informações que constitui o rótulo padrão que deve ser empregado para as águas minerais e potáveis de mesa envasadas.

(i) reconsidere a supressão do procedimento de aprovação prévia do rótulo; (ii) estabeleça o quantitativo mínimo de elementos predominantes na água; (iii) mantenha as informações quanto ao prazo de validade; (iv) adote nomenclatura mais simplificada quanto à informação sobre a presença ou não de gás, similar à adotada pela Resolução Anvisa nº 274, de 22 de setembro de 2005; (v) mantenha no rótulo as informações referentes à classificação da água e endereço da fonte; (vi) consulte o Ministério das Minas e Energias acerca de eventual conflito entre a proposta de resolução e a Portaria MME nº 470/99; (vii) consolide numa só norma os regulamentos relativos às águas minerais; (viii) referencie no art. 10 da minuta as demais normas aplicáveis à rotulagem de competência de outros órgãos; (ix) insira expressamente na minuta de resolução as estratégias a serem adotadas pela agência e que já constam na análise de impacto regulatório feita pela agência.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 5

Seção dedicada a listar as **reformas e inovações legislativas prioritárias no ponto de vista do mercado**

Entidades representativas, inscritas no Radar, foram convidadas a apontar quais são as reformas prioritárias sob sua análise

O resultado pode ser encontrado nas páginas seguintes, no qual foram **listadas as Top 6 reformas mais citadas, com suas respectivas considerações também apresentadas por essas instituições**

Entidades que contribuem com o Radar Regulatório



Quer contribuir com o Radar? Solicite sua inscrição por meio do email: radar.seae@economia.gov.br

Seção 5: Prioridades do Mercado (Abr/2022)¹

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

1

Reforma Tributária

Simplificação do sistema atual, redução dos custos e eliminação de assimetrias para contribuir para o aumento da competitividade e melhoria no ambiente de negócios



Pelo quinto mês seguido, o mercado aponta como sua maior prioridade a simplificação tributária brasileira

2

Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

O mercado de carbono pode fomentar avanços na direção de uma economia de baixa emissão, além de representar muitas oportunidades para o setor produtivo brasileiro



Ampliando ainda mais sua importância entre os principais stakeholders do mercado e alinhado às prioridades do governo, a Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões figura no Top 2 pela segunda vez

3

Reforma Administrativa

Revisar o papel do setor público, de forma a otimizar recursos, promover a meritocracia e focar na gestão eficiente são pontos de partida para uma reforma administrativa exitosa

Em conjunto com a Reforma Tributária, a Reforma Administrativa é apontada como uma das maiores prioridades para o mercado brasileiro

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

Seção 5: Prioridades do Mercado (Abr/2022)¹

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

4

Debêntures de Infraestrutura

As debêntures de infraestrutura são um novo instrumento para estimular o financiamento privado na infraestrutura brasileira



Incluído na Agenda Prioritária do Governo, as Debêntures de Infraestrutura consolidadas no PL 2.646/2020 propõe uma alternativa para financiamento de grandes obras pelo país, reduzindo o “Custo Brasil”

5

Modernização do Setor Elétrico

Aperfeiçoar o modelo regulatório do setor elétrico de forma a promover a abertura ao mercado livre de energia para todos os consumidores é uma passo importante na direção da redução de preços e aumento de eficiência



Ponto chave da infraestrutura nacional, o Setor Elétrico permanece sendo o centro de atenção de grande parte dos *stakeholders* de mercado

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

**Contribua com a construção
do Radar: envie dúvidas,
sugestões e contribuições
por meio do email:
radar.seae@economia.gov.br**



ABRIL/2022

61 2027-7475

radar.seae@economia.gov.br

